



Sessão de Abertura da 62ª AGNU

PORTUGAL 2007

Discurso de Sua Excelência o Primeiro Ministro José Sócrates

25.Setembro.2007

Tenho a honra de me dirigir a esta Assembleia-Geral em nome da União Europeia.

Senhor Presidente,

1. Desejo-lhe as maiores felicidades no mandato que agora inicia. Contará com o firme apoio da União Europeia ao longo desta Assembleia-Geral, na certeza que dará a melhor continuidade ao excelente trabalho desenvolvido pela sua antecessora, a senhora Haya Al-Khalifa, que aqui saúdo. Sendo também esta a primeira Assembleia-Geral desde a tomada de posse do nosso novo Secretário-Geral, Sr. Ban Ki-moon, aproveito a ocasião para, em nome da

UE, lbe renovar o nosso sólido apoio na liderança das Nações Unidas.

2. Num mundo globalizado e interdependente, só instituições multilaterais fortes podem promover os valores fundamentais da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento.

Fiel aos ideais que presidiram à criação das Nações Unidas, a UE acredita que só com uma Organização forte e coesa poderemos aspirar a um mundo mais seguro, mais justo e mais desenvolvido.

3. Por isso defendemos o primado das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança, enquanto alicerce e ponto de convergência de vontades comuns e dos nossos esforços conjuntos. Por isso adoptámos o multilateralismo

efectivo e uma ordem internacional baseada no Direito como objectivo da Estratégia Europeia de Segurança.

4. Se há ensinamento que a passagem para o século XXI nos trouxe foi o de que os desafios globais exigem respostas globais, e exigem um multilateralismo efectivo, que se joga aqui, nas Nações Unidas e com as Nações Unidas. E isso só é possível se todos nós depositarmos nesta estrutura a confiança e a vontade política que lhe permita agir na cena internacional com eficácia e determinação.

5. O compromisso que gostaria de vos deixar aqui hoje, em nome da União Europeia, é o de que podem contar connosco para tornar esse multilateralismo efectivo uma realidade.

Senhoras e senhores,

6. Começo por aquele que é sem dúvida um dos maiores desígnios que nos fixámos até hoje, aqui, nas Nações Unidas. O de cumprir os objectivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e contribuir para um desenvolvimento sustentável que integre as componentes social, económica e ambiental e, sobretudo, que integre todos os países aqui reunidos nesta Assembleia-Geral.

7. Por mais exigentes que sejam estes Objectivos, isso não nos deve desencorajar. Deve sim fazer-nos acelerar e tornar mais eficazes as nossas acções: na erradicação da pobreza e na construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento capaz de coordenar – também através de um melhor financiamento, esforços e recursos fragmentados em acções unilaterais. Na promoção da

educação e de níveis de saúde dignos, no combate às alterações climáticas.

8. Neste contexto, não posso deixar de referir aquele que é um objectivo assumido da União Europeia: a adopção de uma estratégia conjunta UE-África a endossar pela II Cimeira UE-África, que se realizará em Lisboa em Dezembro próximo. Refiro-o porque julgo ser um sinal claro dos nossos tempos: uma estratégia concebida entre os Africanos e os Europeus, que reflecte o nosso compromisso para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e é coerente com a acção das instituições multilaterais em ambos os continentes. Uma estratégia abrangente e ambiciosa, que espelha os progressos da cooperação euro-africana nas mais diversas áreas e eleva as metas a atingir através de respostas comuns aos

desafios, também comuns, que os dois continentes atravessam.

9. As alterações climáticas são um dos maiores desafios globais que a Humanidade enfrenta e ameaçam a nossa prosperidade e prejudicarão a nossa capacidade de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A resposta tem que ser, também ela, global e colectiva.

10. Os resultados deste Evento de Alto Nível sobre Alterações Climáticas, em que tive o prazer de participar, são encorajadores. O Desenvolvimento Sustentável deve andar de mãos dadas com a redução de emissões – trata-se de uma responsabilidade por todos partilhada. Com esta iniciativa damos um importante contributo para a definição de um acordo global sobre o regime climático pós-2012. Deveríamos acordar em iniciar negociações

sobre esse mesmo regime na Conferência de Bali em Dezembro, na qual a UE se empenhará na procura de um ambicioso consenso.

11. Mas, mais importante ainda, precisamos do contributo de todos.

A UE já assumiu unilateralmente o compromisso de reduzir em pelo menos 20% as suas emissões de Gases com Efeito de Estufa. Mas queremos ir mais longe. Estamos por isso disponíveis para, no quadro de um acordo global sobre o futuro regime climático, alargar este compromisso até 30%. Reitero assim o nosso apelo para que, até 2050, as emissões globais sejam reduzidas em pelo menos 50%, comparativamente a 1990.

12. No que diz respeito à reforma do quadro institucional das actividades de ambiente das Nações Unidas, a UE acredita decididamente que é necessária uma reforma

ambiciosa para atingir uma verdadeira mudança. Neste contexto, a UE e outros procuram promover a transformação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente a uma agência especializada, uma Organização das Nações Unidas para Ambiente (UNEO). O processo para o estabelecimento de uma UNEO far-se-ia utilizando processos, estruturas e sistemas existentes e deve ser acompanhado por uma estratégia mais abrangente para o reforço da Governação Internacional na área do Ambiente.

13. Desenvolvimento sustentável implica também o respeito, a protecção e a consagração dos Direitos Humanos em todo o mundo, que consideramos cruciais e que se devem manter no coração de todas as actividades sectoriais das Nações Unidas, por forma a reforçar a promoção e divulgação dos Direitos Humanos no sistema das Nações Unidas. A abordagem baseada nos Direitos

Humanos acordada no *UN Common Understanding* de 2003 foi um primeiro passo importante para assegurar este objectivo.

14. A 3ª Comissão da Assembleia-Geral deve continuar a desempenhar um papel central na promoção e protecção dos Direitos Humanos a nível mundial. Como no passado, a UE envidará esforços para assegurar o sucesso da próxima sessão desta Comissão.

15. A UE está firmemente empenhada em ampliar e reforçar o trabalho realizado pelas Nações Unidas **na área dos Direitos Humanos**, através de uma cooperação acrescida com os mecanismos especiais. Destacamos aqui a importância da promoção e protecção dos Direitos das Crianças, num ano em que se celebra o 18º aniversário da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança e em que

teremos, durante esta Assembleia-Geral, o seguimento da Sessão Especial sobre Crianças de 2002.

16. Gostaria ainda de reafirmar a nossa oposição, de longa data, à pena de morte, e reiteramos aqui uma vez mais o apelo à sua completa abolição a nível mundial. Nesse sentido, a UE assumiu o compromisso de, conjuntamente com países de todas as regiões, ser co-autora de um projecto de resolução “sobre uma moratória universal e a abolição da pena de morte”

Senhoras e senhores,

17. O multilateralismo efectivo passa ainda por uma resposta concertada às ameaças cada vez mais variadas à paz e à segurança internacionais.

Sempre que Estados e organizações internacionais, regionais e sub-regionais, são capazes de uma resposta coordenada e colectiva a essas ameaças, os resultados são palpáveis. A cooperação entre a UE e a ONU tem vindo a intensificar-se nesta área, à medida também que nós próprios vamos desenvolvendo as nossas capacidades no âmbito da Política Europeia de Segurança e de Defesa.

18. Acolhemos com satisfação a criação da UNAMID – operação de paz híbrida das Nações Unidas e da UA para o Darfur – para que, em conjunto, possamos contribuir para a resolução política deste conflito com trágicas consequências humanitárias no Sudão e naquela região

em geral. A fim de fazer face a tais consequências, a UE reafirma o seu apoio ao envio de uma presença multidimensional no Chade Oriental e no Norte da República Centro Africana e acolhe com expectativa a abertura de conversações sobre o Darfur, que ocorrerão na Líbia no dia 27 Outubro.

19. Mas a Paz e a segurança são também um desafio na Europa.

Entendemos, tal como o Senhor Secretário-Geral que o *status quo* no Kosovo não é sustentável.

Apoiamos e participamos activamente no esforço colectivo em curso da comunidade internacional, nomeadamente da Troika, para aproximar as partes e obter uma solução política abrangente, que conduza a um Kosovo democrático e multi-étnico, e contribua para a consolidação da estabilidade e da prosperidade nos Balcãs. Apelamos

para que ambas as partes se comprometam neste processo de uma forma construtiva e criativa. **A UE está preparada para desempenhar um papel de relevo na implementação do estatuto que vier a ser acordado.**

20. A reactivação do Processo de Paz do Médio Oriente continua a ser prioritária para a Comunidade Internacional. E temos que agir rápido: a porta está aberta, mas não permanecerá assim por muito tempo. Como membro do Quarteto, a União Europeia reitera o seu empenho em alcançar uma solução justa, global e duradoura para o conflito Israelo-Árabe, que passa necessariamente pela criação de um Estado palestino independente, democrático e viável, vivendo lado a lado em paz e em segurança com Israel.

21. A estabilização do Líbano contribuirá também para a estabilização do Médio Oriente. A solução para a actual crise política exige um especial empenho e diálogo por parte dos líderes libaneses e dos países da região. A UE não poupará esforços que contribuam para assegurar a soberania, independência, unidade e integridade territorial no país.

22. No mesmo sentido a UE mantém o seu apoio à promoção da paz, estabilidade e prosperidade no Afeganistão e na região. Com este objectivo, estamos presentes através de uma missão de polícia e, em conjunto com a UNAMA e outros actores relevantes, mantemos o nosso empenho em contribuir para a estabilização do Afeganistão. Nessa conformidade, a UE é um dos principais doadores neste país.

23. Independentemente das suas motivações, formas e manifestações, todos os actos de terrorismo são criminosos e injustificáveis. O nosso combate ao terrorismo tem por isso que ser firme, fundado no Direito Internacional e no pleno respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, a protecção dos quais é instrumental na prevenção desta ameaça.

24. A Aliança das Civilizações, iniciativa importante e oportuna, só terá resultados se dermos passos firmes no reforço do diálogo entre povos, culturas e religiões. A UE apoia a nomeação do ex-Presidente Sampaio para o cargo de Alto Representante para a Aliança das Civilizações e acolhe com agrado o seu Plano de Acção. Aproveito ainda para louvar o empenho do Grupo de Amigos da Aliança das Civilizações, para o qual pedimos o apoio de todos.

Senhoras e senhores,

25. O comércio internacional tem sido ao longo dos séculos a principal ponte de aproximação entre povos e culturas. Por isso deixamos também aqui o apelo para que se alcance quanto antes um acordo na Ronda de Desenvolvimento de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Este mês será absolutamente crucial para o DDA. Assim, é absolutamente vital que todos os seus principais Membros revelem um espírito construtivo de compromisso, bem como uma vontade genuína de aceitarem com um acordo equilibrado.

26. Para que a paz não se confunda com o período entre duas guerras, é preciso consolidá-la. Um dos mais recentes Estados-membros das Nações Unidas é disso exemplo. Falo de Timor-Leste, que graças ao forte empenho e investimento da comunidade internacional para consolidar

os alicerces da sua afirmação como Estado viável e de pleno direito, da sua democracia e do seu desenvolvimento, conseguiu realizar com sucesso as recentes eleições, as primeiras que organizou autonomamente. Continua a ser necessária a presença de todos os actores, para garantir a segurança e a estabilidade política, económica e social no país.

27. Porque acreditamos, como queremos deixar bem claro, que a única resposta possível aos desafios dos nossos tempos passa pelo multilateralismo efectivo baseado no sistema das Nações Unidas, continuamos empenhados na reforma dos seus principais órgãos de modo a reforçar a representatividade, transparência e eficácia da Organização.

Senhoras e senhores,

28. Para adaptarmos o nosso sistema internacional aos desafios que são hoje os nossos, precisamos de vontade política. Esta Assembleia e o Senhor Secretário-Geral contam com a UE para ajudar a traduzir essa vontade política em acções.

A resposta a estes desafios passa pelo multilateralismo activo e efectivo. E passa por todos nós, as Nações Unidas.